

Análise da Insolvência das Empresas Devedoras da Previdência Social

Mariana Costa Silva¹, Raimundo Nonato Lima Filho²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo a efetiva análise das principais empresas devedoras da Previdência Social, utilizando, para tanto, os índices: do endividamento, imobilizado, rentabilidade e retorno de investimento. Estas informações foram obtidas por meio da junção entre informações do site Bolsa de Valores de São Paulo (B3), somadas ao balanço patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das instituições escolhidas para estudo, no período de 2010 a 2016, tentando, dessa forma, obter e evidenciar respostas aos fatores que levaram à insolvência das maiores devedoras da dívida ativa da Previdência Social. Para executar a pesquisa, foram utilizados os métodos qualitativo e quantitativo, apresentando-se então as contribuições dos estudos aplicados na análise feita, buscando compreender o que está acontecendo com a dívida, a realidade em que o país se encontra e as consequências da falta desse dinheiro. Entretanto, é preciso salientar desde já que as limitações de informações de algumas das empresas escolhidas, que acabaram declarando falência ou estão com processo judicial em andamento, foram fatores impeditivos para a obtenção das informações desejadas. Para trabalhos futuros, sugere-se adotar outros modelos para análise da estrutura de capital das empresas.

Palavras-chave: Análise. Empresas. Devedoras. Previdência Social

Analysis of the Insolvency of Companies Borning the Social Security

Abstract: This research aims to effectively analyze the main debtors of Social Security, using the following indices: debt, fixed assets, profitability and return on investment. This information was obtained by combining information from the São Paulo Stock Exchange (B3) website, added to the balance sheet and the income statement (DRE) of the institutions chosen for the study, from 2010 to 2016, thus trying to obtain and highlight answers. the factors that led to the insolvency of the largest debtors of Social Security active debt. To carry out the research, the qualitative and quantitative methods were used, presenting the contributions of the studies applied in the analysis made, seeking to understand what is happening with the debt, the reality in which the country is and the consequences of the lack of this. money. However, it should be noted at the outset that the information limitations of some of the chosen companies, which eventually declared bankruptcy or are in court proceedings, were impediments to obtaining the desired information. For future work, it is suggested to adopt other models to analyze the capital structure of companies.

Keywords: Analyze. Companies. Debtors. Social security

¹ Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). mari.mcs.88@gmail.com;

² Doutor em Controladoria e Contabilidade (USP)Doutor em Administração (UFBA). Professor na Universidade de Pernambuco (UPE) e na Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). rnlfilho@gmail.com.

Introdução

A previdência social ganhou destaque no século passado, à medida em que a industrialização geral, a urbanização e a formalização das relações econômicas pelos mercados caracterizaram paradigmas atuais de desenvolvimento. A interpretação da instituição foi ganhando várias interpretações durante esse período. Teve o surgimento como uma política social para os trabalhadores, como um seguro coletivo contra o risco de perda, pelo indivíduo, de sua fonte de renda. A previdência social evoluiu para a meta de que todo o indivíduo, como membro da sociedade, tem direito a ela indispensável para a sua dignidade e para o livre desenvolvimento de sua personalidade (Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, art. 22).

A contabilidade é uma ciência que busca, por meio de seus procedimentos, cuidar do equilíbrio do Patrimônio Líquido (conjunto de bens, direitos e obrigações) das empresas. Com isso, tem-se a efetuação do empenho e do domínio do capital das entidades analisadas. Assim sendo, utilizados os dados contábeis e as demonstrações dos resultados neste estudo, podemos compreender a saúde da empresa.

No que se refere às inovações de informações, pode-se perceber que houve mais desenvolvimento para coleta de dados suficientes para melhor análise, tornando-se uma base sólida para a coordenação da inadimplência junto à Previdência Social. Com os dados, seriam direcionadas as grandes empresas citadas abaixo, gerando-se um déficit bastante significativo das mesmas: Varig, JBS, Vasp, Associação Educacional Luterana do Brasil, Transbrasil, Marfrig, Instituto Candango de Solidariedade, Instituto Presbiteriano Mackenzie, Fundação Universidade de Caxias do Sul, Teka etc.

Considerando-se que algumas empresas já abriram falência e outras encontram-se na ativa sem solucionar a dívida existente, o estudo seria feito com empresas ativas e sociedades anônimas pela obrigatoriedade das divulgações dos demonstrativos contábeis e pela facilidade de acesso aos mesmos. A verificação seria feita por meio dos dados extraídos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Relatórios de Administração e seriam utilizadas as técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis.

Análise do Balanço Patrimonial, transparência da condição dos bens e DRE: com isso seriam apresentados dados que provocaram o endividamento das empresas e que geraram um prejuízo elevado à Previdência. É possível afirmar que o estudo contábil apresenta melhor solução para verificar os motivos da causalidade. A situação específica tem como reconhecer a

condição econômica da instituição, fazendo o estudo do Patrimônio Líquido (PL) da empresa e a sua instabilidade. O crescimento do PL em convívio com o Capital de Terceiros torna a empresa mais compacta, não sendo debilitável a qualquer situação do dia a dia. Depois do estudo da empresa, pode ocorrer investimento ou redução de custos, dependendo da análise desses dados.

Se acontecer a precariedade do estabelecimento, seria necessário o uso de investimento do capital dos proprietários ou sócios, para uma melhoria dos negócios. Para que se tenha ideia do nível mais correto da análise vertical e horizontal, índice de endividamento de uma empresa, faz-se necessário o conhecimento desses cálculos.

A pesquisa tem como objetivo responder ao seguinte problema: Que fatores levaram à insolvência das empresas devedoras da dívida ativa da Previdência Social?

Neste contexto, tem-se o objetivo de avaliar os fatores determinantes do endividamento das maiores empresas registradas na dívida ativa administrativa da Previdência Social.

Analisando-se a situação econômica e financeira das maiores devedoras da Previdência Social, buscar-se-á assim identificar os motivos que as levaram a continuar na mesma posição do endividamento.

A pesquisa apresenta a importância de analisar, avaliar as pendências, perdas que a Previdência Social vem sofrendo, por falta dos pagamentos de um montante altíssimo. Com relação à relevância social e acadêmica, o presente trabalho espera contribuir com a produção de estudos futuros, com conteúdo sobre dívida ativa, análise das demonstrações contábeis e dos relatórios administrativos, com grande déficit de tais pagamentos, podendo ocorrer o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social. Do ponto de vista profissional, a temática é relevante por tentar apresentar com seus estudos uma ampla visão da necessidade de resgatar esse gigantesco montante que daria uma estabilidade financeira para a instituição como um todo.

Utilizando os demonstrativos contábeis, a técnica contábil de análise das demonstrações e relatórios administrativos das empresas, foi feita uma análise do histórico e evolução do endividamento dessas empresas e os interesses realizados nesse período. O resultado esperado por essa investigação é identificar se essas empresas possuem liquidez suficiente para quitar os débitos previdenciários e ainda manter os índices de lucratividade atrativos para os seus acionistas.

Esse artigo tem a busca de ajudar a entender o que está acontecendo com a dívida, considerando a realidade em que o país se encontra e as consequências da falta desse dinheiro.

Revisão da Literatura

As citações prováveis para os assuntos seriam mostrados na elaboração do projeto, que iria apresentar a análise do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE), com isso, observar o que gerou o endividamento com a Previdência Social.

De acordo com Buesa (2010), por meio do balanço patrimonial e da DRE, é possível efetuar o levantamento de dados para a realização dos índices contábeis, tendo em vista uma análise das demonstrações financeiras mais completa, confiável e direta e apresentando os valores, bens, direitos, estoque, todo o ativo e passivo que a empresa disponibiliza, comparando-se as suas dívidas.

Afirma que Brito (2007), o dado, por si só não reflete nada. Quando confrontado com os anos anteriores ou subsequentes, permite - se uma análise dos índices indicados. A análise horizontal se baseia na comparação entre resultados de um mesmo indicador em relação a períodos anteriores; já a análise vertical acontece de cima para baixo ou de baixo para cima, indicando o resultado efeito cascata.

Segundo Futema, Basso e Kayo (2014), a referência contábil deve ser exposta de maneira analítica ou sintética, bem como as mudanças ocorridas no período pesquisado. Apresentando a função de conseguir manter a empresa de uma maneira estável para não correr tanto imprevisto.

Na interpretação de Santos e Pimenta (2009), o capital de investimento foi mostrado ao longo das contas do balanço patrimonial que seriam formados pelo Ativo e Passivo. Esses dados seriam avaliados e incorporados na DRE, sendo apresentada no ano de atuação. O capital de investimento seria apresentado no decorrer dos lançamentos, e seria formado pelo ativo e passivo. Sua forma de apresentação é bastante simplificada e de fácil compreensão.

Hamdan, Abzakh e Al-Ataibi (2011) notaram uma diferença entre o ponto de rotina contábil e a medição do patrimônio que funciona pelo desenvolvimento e administração da empresa, considerando-se que quanto mais baixo o débito maior é o legado.

De acordo com a tese de Padoveze (2010), a análise financeira pode ser feita por meio das demonstrações de resultados (DRE) e do balanço patrimonial. Com isso, não é necessária a utilização dos índices.

Conforme Garrison; Norren; Brewer (2007), as investigações das demonstrações contábeis são indispensáveis para os administradores, investidores e credores, pois representam a situação da empresa, tendo a função de avaliar a saúde financeira e as perspectivas futuras.

Segundo Ribeiro (2017), no que se refere ao balanço patrimonial, deveria haver a demonstração financeira, notando ele que é quantitativa e qualitativa, no patrimônio analisado no período do exercício.

Metodologia

Delineamento da Pesquisa

Os dados descritos das empresas em indicadores financeiros e suas relações econômico-financeiras foram analisados por meio do índice monetário do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

As empresas que se apresentam com devedores, ativas e inativas, sendo mais de 500 corporações: privadas, públicas, fundações, governos estaduais e prefeituras. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional realizou uma pesquisa na qual foi apurado que os devedores da Previdência Social acumulam dívida de aproximadamente R\$ 426,07 bilhões, o valor é quase três vezes superior ao atual déficit da categoria do setor, que fechou 2016 em R\$ 149,7 bilhões (LEÓN, 2017).

Foram envolvidos s maiores devedores da Previdência Social, conforme revelações divulgadas: Varig, JBS, Vasp, Associação Educacional Luterana do Brasil, Transbrasil, Marfrig, Instituto Candango de Solidariedade, Instituto Presbiteriano Mackenzie, Fundação Universidade de Caxias do Sul, Teka e outras.

Nesta avaliação foram usados índices que permitem uma comparação precisa da situação econômica (rentabilidade) e financeira (estrutura e liquidez) das empresas, de modo a compreender como o patrimônio da entidade está estruturado, capacidade de pagamento, assim como o regresso do investimento. Seria selecionado índice econômico-financeiro para avaliação de empresas do endividamento. Para tanto, seria necessário analisar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício referentes ao período de 2010 a 2016, divulgado na B3; analisar a capacidade de pagamento/ liquidez; verificar sua rentabilidade e identificar a estrutura de capital.

O artigo possui uma análise das fontes de custeio da Seguridade Social no Brasil e compreende a conclusão do problema apresentado, identificando o déficit da Seguridade Social. Trata-se de pesquisa nos métodos qualitativo e quantitativo, tendo a aplicação de coleta de dados da pesquisa - na qual se empregaram os cálculos do determinante de endividamento,

imobilizado, rentabilidade e retorno de investimento. Utilizaram-se informações do site da B3 para quantificação de dados orçamentários, que são das notas explicativas, balanço patrimonial e DRE para realização dessa investigação, cujo resultado revelou que o discurso do déficit da Seguridade Social é real, diante de dezenas de bilhões subtraídos da seguridade, anualmente, pelas desonerações fiscais e pela desvinculação de Receitas da União.

Determinante do Endividamento

A compreensão do Balanço Patrimonial esclarece a oportunidade Patrimonial (Bens, Direitos, Obrigações) da entidade. Com isso, numa abordagem mais particular, apresentando ser identificada a situação econômica das empresas analisadas. Essa mensuração da situação econômica é examinar o Patrimônio Líquido (o crescimento fortalece a oportunidade poupada) da empresa e a sua variação. O Capital Próprio (PL) maior que o Capital de Terceiros tem solidez, com isso não se apresenta vulnerável. Para o Patrimônio Líquido ter um crescimento, é necessário que os proprietários realizem investimentos, com a função de expandir a empresa; esses aumentos não podem ser contínuos, pois tal situação seria desestimulante para eles.

A coleta de dados foi retirada do site da B3 e de um estudo qualitativo, no qual existe o balanço patrimonial e as notas explicativas. Com isso, é feito o cálculo do Endividamento de Curto Prazo (ECP) e o do Endividamento de Longo Prazo (ELP). O ECP é formado pelas dívidas de curto prazo por ativo total e ELP tem a junção da dívida de longo prazo dividido pelo ativo total. Essas dívidas são expostas por:

empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento de curto prazo etc.

Rentabilidade (RENT)

A rentabilidade é o retorno sobre o capital investido em determinado ativo financeiro. Existem três modelos de taxas de rentabilidade. São elas: Taxa pré-fixada (é quando o investidor fica sabendo, no ato da compra, o valor da rentabilidade em cima da quantia investida); Taxa Pós-fixada (essa forma de rentabilidade é correspondente a uma taxa de juros básica) e Taxa Híbrida (este modelo mescla os dois anteriores).

O grau de êxito é o retorno do investimento realizado pelas entidades pesquisadas, apresentando um cálculo simples e de fácil entendimento. A rentabilidade de uma empresa se

equipara ao raio-x, para identificar a saúde da mesma em avaliação. No mundo dos negócios, a rentabilidade é uma das quatro áreas principais dos indicadores financeiros, ao lado de utilização de ativos, liquidez e endividamento.

Reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal

Esse assunto tem suma transcendência na sociedade contemporânea é a Reforma da Previdência intencionada pelo Governo Federal, que não mede diligência para sua adesão e remove do trabalhador direitos sociais que foram alcançadas e garantidas pela Constituição Federal.

A Previdência Social foi uma consequência da batalha dos trabalhadores. Ela representa um panorama de seguro social em que o trabalhador participa através de contribuições mensais. O benefício dessa contribuição é garantir ao trabalhador segurado uma renda na hora em que ele não puder mais trabalhar – ou seja, quando ele se aposentar (Mano, 2016).

De acordo com o renomado constitucionalista José Afonso da Silva, “direitos sociais são prestações positivas proporcionadas pelo Estado, direta ou indiretamente, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais” (SILVA, 2012).

O direito à Seguridade Social é um seguro que passa por algumas transições durante alguns anos, com a missão de melhor sua função para população e não prejudicar o não cumprimento da obrigação do governo. Vianna faz menção a um provérbio chinês que diz que “os inteligentes aprendem com os próprios erros, os sábios aprendem com os erros dos outros e os burros nunca aprendem” (SILVA, 2012). Com isso, explica que a evolução histórica de qualquer instituto do Direito não é só protocolo de qualquer argumento, mas o caminho preciso para a compreensão do propósito sob todas visões.

Assim, o Direito reconhece uma nova impressão de intermediador do agir humano na investigação do equilíbrio e da honestidade do planeta, insiste por um olhar sobre o outro, o humano (SILVA).

A situação deficitária das finanças públicas o maior obstáculos à recuperação do crescimento da economia brasileira. Enquanto perdurar o déficit, a poupança seria baixa e a dívida pública continuava em crescimento, o que provoca elevação dos juros, bloqueando os investimentos privados. Esta corrente enfatiza o equilíbrio fiscal e privilegia as tendências demográficas em suas análises. O gasto previdenciário condiciona a magnitude do desequilíbrio

fiscal, portanto, a reforma da previdência deve ser incansavelmente perseguida e é tida como a mais urgente entre as reestruturações necessárias. Com o envelhecimento da população o gasto se tornava maior no futuro próximo, uma vez que a taxa de crescimento do número de aposentados seria maior que a da força de trabalho contribuinte. Mesmo após várias alterações na Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional que rege a matéria, a reforma da previdência permanece como uma questão inacabada e urgente para que não se chegue a uma situação de descontrole definitivo sobre as finanças públicas (De Paula & Saraiva, 2016).

Segundo Izerrougene (2009), de acordo com o estudo do IBGE, fica demonstrado que o grau de contribuição junto à Previdência está gradativamente sendo reduzido e as pessoas estão conseguindo longevidade em sua vida, causando um desequilíbrio na economia e acarretando aumento do déficit da Previdência.

Sobressai desse contexto o discurso da inviabilidade de manter a política previdenciária nos mesmos moldes e necessidade de operar uma “reforma”. Segundo Wagner, Rambo e Andrade (2017), o Governo Federal está tentando, mais uma vez, mudar as regras de aposentadoria e pensão para os trabalhadores da iniciativa privada e para os servidores públicos, excluindo da proposta de alteração, apenas, os policiais, bombeiros militares e os militares das Forças Armadas.

O Estado deve ser atuante no princípio constitucional da solidariedade, no que diz respeito à garantia das aposentadorias e benefícios previdenciários, para além da materialização do direito à sobrevivência dos trabalhadores. No entanto, a Previdência acabou se tornando uma grandiosa fonte de arrecadação administrada pelo Estado e, nesse sentido, os seus recursos se constituem como propósito de conflito política e econômica.

Com esse objetivo, apresentou ao Congresso Nacional, em 05/12/2016, a Proposta de Emenda Constitucional nº 287 (PEC 287/2016), que, para entrar em vigor, deveria ser aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Congresso Nacional), com maioria de três quintos dos membros da Casa do Congresso, na forma do art. 60, § 2º, da CF (SILVA, 2012). Usando o seguinte argumento, que a Reforma é essencial para evitar a vertente do sistema previdenciário, afirmando o Governo Federal que há déficit da Previdência, ou seja, que os valores gastos com aposentadorias e pensões seriam maiores que os valores arrecadados para cobrir essas despesas.

Análise dos Dados

Inicialmente foram realizadas as análises dos indicadores da rentabilidade (giro do ativo – GA e margem líquida – ML), imobilizado do patrimônio líquido - IPL, endividamento (curto prazo e longo prazo) e retorno de investimento. Algumas limitações do estudo merecem atenção, não foi possível analisar algumas empresas, pois acabaram declarando falência ou estão em processo judicial; com isso, não se obtiveram as informações desejadas.

Quadro 1: Análise de Rentabilidade, Imobilizado, Endividamento e Investimento

ANO	RENTABILIDADE						ANO	IMOBILIZADO		
	GA			ML				IPL		
	JBS	MARFRIG	TEKA	JBS	MARFRIG	TEKA		JBS	MARFRIG	TEKA
2010	249,63	140,52	118,75	-0,47	0,88	-42,24	2010	78,23	102,91	-45,13
2011	104,19	183,73	104,19	-73,5	-3,41	-73,5	2011	-34,25	120,29	-34,25
2012	44,48	60,34	44,48	54,58	-4,93	54,58	2012	-37,92	37,38	-37,92
2013	89,99	75,95	27,54	4,42	-19,75	-135,15	2013	42,79	55,23	-29,15
2014	100,14	79,96	29,93	7,8	-13,48	-115,59	2014	43,94	8,73	-16,2
2015	88,13	72,45	33,17	16,06	-9,63	-92,02	2015	41,72	285,66	-14,35
2016	99,38	69,68	34,77	1,36	-11,39	-84,25	2016	44,55	274,34	-12,61

ANO	DETERMINANTES DE ENDIVIDAMENTO						ANO	RETORNO DE INVESTIMENTO		
	ECP			ELP				RETORNO DE INVESTIMENTO		
	JBS	MARFRIG	TEKA	JBS	MARFRIG	TEKA		JBS	MARFRIG	TEKA
2010	37,46	43,15	63,61	57,35	71,25	225,5	2010	-1,16	1,24	-50,16
2011	65,17	37,23	65,17	271,24	75,24	271,24	2011	-76,58	-6,27	76,58
2012	74,89	24,23	73,48	186,71	72,38	190,29	2012	24,28	-2,98	24,28
2013	38,29	15,33	72,14	52,91	75,14	215,68	2013	3,98	15	-37,22
2014	4,55	18,64	83,45	53,78	85,77	230,53	2014	7,81	-10,78	-34,6
2015	54,1	13,87	84,04	57,25	96,17	237,46	2015	14,15	-6,98	-30,53
2016	48,99	32,91	84,68	57,4	94,7	243,22	2016	1,35	-7,94	-29,29

Fonte: Elaboração Própria (2019)

O déficit da Previdência Social vem causando impacto crescente nas contas públicas e dívidas das empresas devedoras. Por falta de informação, só seriam analisadas três, que são: JBS - R\$ 2,395 bilhões, Marfrig - R\$ 1,162 bilhão e Teka - R\$ 743 milhões. Com isso, é apresentado abaixo o infográfico do comportamento do déficit Previdenciário, retirado da secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 1: Comportamento do déficit do Previdenciário



O saldo negativo da Previdência Social teve um recuo significativo em 2010, segundo o balanço divulgado, pelo ministério (Secretaria do Tesouro Nacional, 2017). O saldo entre arrecadação e pagamento de benefícios fechou negativo em R\$ 44,3 bilhões e representa uma queda de 4,5% em relação a 2009. Analisando os dados dos índices do mesmo ano, foi constatado que a GA não foi significativa para nenhuma das empresas, pois mostrou que a venda líquida foi elevada em relação ao ativo médio, sendo marcada pelo forte crescimento na atividade econômica.

Em 2011 observa-se uma melhora para a JBS e Teka, que apresentaram 104,19%, demonstrando uma queda em relação ao ano anterior, mas para empresa Marfrig não foi satisfatório, porque houve uma variação de 76,34%. Já em 2012, há uma queda grande, o que pode significar um menor nível de vendas; isso está sendo visível nas instituições JBS e Teka, que apresenta 44,48% e Marfrig com 60,34%. Observando os anos de 2013 a 2016, nota-se uma elevação: por exemplo, 89,99% JBS; 75,95% Marfrig, demonstrando que as vendas ainda continuam regredindo em relação ao ano anterior, tendo 27,54% na Teka, demonstrando que a empresa usa de todos seus patrimônios financeiros e busca a melhor alternativa de investimento, fazendo com que esse giro proporcione melhores e eficientes lucros.

A média da ML ficou em 1,46% para JBS; -8,16% para Marfrig e -69,74% na Teka. No ano de 2010, foi compreendido que havia valores negativos com -047% na JBS. Segundo informações da nota explicativa da empresa, houve expansão no mercado com a opção de carne de frango; 0,88 para Marfrig e -42,24% na Teka. Mas quando indica relação desfavorável, é necessário retornar à rentabilidade líquida de venda positiva, pois a margem tem muito valor agregado e o preço de mercado seria maior. Em 2011, as entidades obtiveram valores negativos,

e o lucro líquido teve uma regressão. Isso mostra que os custos de operação estão superiores ao faturamento. Já em 2012, as vendas líquidas tiveram uma progressão em rendimento líquido regressivo. Esse comportamento foi observado nas empresas JBS e Teka, mas em relação à Marfrig, só regrediu, e consta a mesma dificuldade do ano anterior. Nos outros anos, houve uma diminuição em relação ao antecedente.

Na imobilização, é visto que as empresas incluíram um valor para o capital próprio e o valor abaixo no patrimônio líquido. Em 2010, na Teka observou-se que esses valores de percentual pertencem ao grupo de contas que registra o valor contábil pertencente aos acionistas ou quotistas. Nos períodos de 2011 e 2012, houve uma variação, quando aconteceu uma diminuição no crescimento, e foi notado que o Patrimônio Líquido seria mais alto em relação ao imobilizado. O índice, em 2013, das empresas apresentou uma progressão em relação ao ano anterior, mas a instituição Teka obteve uma regressão -29,15%. Infelizmente, em 2014, a única que permaneceu com uma elevação foi a JBS com 43,94%, sendo visualizado em decréscimo a Marfrig e a Teka, pois obtiveram o patrimônio líquido muito elevado em relação ao imobilizado. Em 2015, houve uma variação de -46,67% na JBS; 177,58% a Marfrig e -68,20% com a Teka. Em 2016, para 44,55% da JBS de Capital Próprio próximo do equilíbrio, mas maior do que o ano anterior e menor do que o ano-base.

No endividamento de 2010, foi concentrado o passivo exigível maior em relação ao Patrimônio Líquido. Logo, um índice de qualidade ruim, visto que há um desequilíbrio entre o CP e o LP, com relevância das contas de fornecedores (CP) e empréstimo e financiamento (CP). No ano seguinte, a empresa teve uma elevação no índice de qualidade da dívida, atingindo maior valor na dívida concentrada no capital de terceiros, porém manteve o índice de qualidade ruim, devido ao aumento na conta de “empréstimos e financiamentos e as dívidas a fornecedores; mas na Marfrig houve uma pequena diminuição no índice de qualidade da dívida, atingindo 37,23% da dívida concentrada no passivo de curto prazo, porém manteve o índice de qualidade ruim, devido ao aumento na conta de “empréstimos e financiamentos”, mesmo saudando uma parte da dívida da conta “fornecedores (CP). Em 2012, houve um aumento e aconteceu a mesma situação do ano anterior, porém a Marfrig obteve uma regressão.

No ano sequencial, houve uma redução em relação ao ano anterior e apresentou o mesmo comportamento, obtendo a dívida concentrada no passivo curto prazo. No ano de 2014, na JBS, existiu o dado mais baixo dos anos analisados, mesmo saldando grande parte da dívida da conta de passivo circulante e passivo não circulante; as outras empresas tiveram o dado progressivo, sendo um pouco elevado em relação aos anos anteriores, gerando dívidas. Mas infelizmente,

em 2015, aconteceu um crescimento novamente gerando novas dívidas; na Marfrig a diminuição mostrou que o índice mais baixo teve a obtenção dos empréstimos, financiamento e fornecedores. Por fim, no ano de 2016, obteve um crescimento no índice de qualidade da dívida, concentrado no passivo solicitado no curto prazo. Consequentemente manteve-se em situação baixa em relação ao ano anterior, com uma pequena queda na Marfrig, o índice de qualidade da dívida concentrada no passivo curto prazo, consequentemente manteve-se em situação estável.

Tendo em vista o longo prazo, verificou-se que, em 2010, a empresa utilizava mais de 50% do capital de terceiros para o financiamento do ativo, estando com uma situação favorável, já que tinha retido a maior fatia de recursos próprios (PL). Em 2011, houve um aumento, apresentando passivo exigível maior que o passivo total. No ano de 2012, teve uma diminuição pequena em relação ao ano anterior.

Em 2013, a JBS obteve uma diminuição, mostrando o passivo circulante e não circulante maior em relação ao patrimônio líquido; mas as outras empresas obtiveram uma elevação, tendo mostrado o passivo total maior do que o passivo exigível. Nos anos de 2014 a 2016, houve um crescimento insignificativo em relação ao 4º ano, que foram os índices, mas em relação ao ano-base foi muito pequeno o aumento.

A taxa de retorno foi sobre Investimento ou Rentabilidade do Ativo ou Retorno sobre Investimento (ROI). Em 2010, houve uma regressão, sendo visível que o giro do ativo foi maior em relação à margem de lucro, mas houve uma progressão na Marfrig. Em 2011, as empresas JBS e Marfrig apresentaram valores negativos, já na Teka foi possível planejar novos investimentos, prever mudanças organizacionais e manter o fluxo de caixa em dia, sem preocupações. No ano de 2012, foi visualizado um crescimento insignificante para as sociedades JBS e Teka, sendo preocupante a Marfrig que prossegue tendo valor negativo. Nos anos de 2013, na empresa JBS e Teka aconteceu um encurtamento, mas também houve uma elevação baixa nas empresas Marfrig. No período de 2014 até 2015, houve um crescimento de mercado da JBS, mas a Marfrig e Teka não tiveram o mesmo resultado. Em 2016, as organizações tiveram uma regressão.

Em virtude dos fatos mencionados, foi percebido que as empresas JBS, Marfrig e Teka apresentaram alguns investimentos para crescimento e expansão do mercado. Mas com o passar dos anos, não conseguiu se equilibrar. Através disso gerou um endividamento enorme, tendo em vista, a necessidade da utilização de capital de terceiros e as vendas acabaram tendo uma diminuição.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar as principais empresas devedoras da Previdência Social, identificando os índices do endividamento, imobilizado, rentabilidade e retorno de investimento. As informações foram encontradas por meio das notas explicativas, balanço patrimonial e DRE do site da B3. Foram realizados os cálculos da rentabilidade, imobilizado, endividamento e investimento, para, por meio das informações, realizar uma comparação e obter dados do que ocorreu no período de 2010 a 2016, respondendo à problemática da pesquisa: que fatores levaram à insolvência das maiores devedoras da dívida ativa da Previdência Social?

O prejuízo da Previdência Social causou impacto crescente nas contas públicas.

No índice de Rentabilidade foi utilizado o Giro do Ativo - GA (no ano-base apresentou uma crescente, mas infelizmente nos subsecutivo acabou obtendo uma diminuição relevante) e Margem Líquida - ML (a média da ML ficou em 1,46% para JBS; -8,16% para Marfrig e -69,74% na Teka). Mas quando indica relação desfavorável, é necessário retornar à rentabilidade líquida de venda positiva (pois a margem tem muito valor agregado e o preço de mercado seria maior) no Imobilizado do Patrimônio Líquido (é visto que nas empresas incluíram um valor para o capital próprio e o valor abaixo no patrimônio líquido).

Na apresentação do quadro 1 acima, a variável tangibilidade indica relação positiva com o endividamento de mercado de curto e longo prazo; já para as variáveis, existe oportunidade de crescimento, tamanho e lucratividade; as relações foram inversas em relação ao endividamento. O Retorno sobre Investimento (*ROI*) são indicadores de desempenho, existindo para avaliar o chamado custo-benefício.

Infelizmente não houve um bom retorno, analisando-se minuciosamente todos os períodos com o ano-base.

A percepção por meio da compreensão do Balanço Patrimonial esclarece a oportunidade Patrimonial (Bens, Direitos, Obrigações) da entidade. Com isso, numa abordagem mais particular, poderia ser identificada a situação econômica das empresas analisadas. Essa mensuração da situação econômica é examinar o Patrimônio Líquido (o crescimento fortalece a oportunidade poupada) da empresa e a sua variação. O Capital Próprio (PL) maior que o Capital de Terceiros tem solidez, com isso não se apresenta vulnerável. Para o Patrimônio Líquido ter um crescimento, é necessário que os proprietários realizem investimentos, com a função de expandir a empresa; esses aumentos não podem ser contínuos, pois tal situação seria desestimulante para eles. Trata-se de pesquisa nos métodos qualitativo e quantitativo, tendo a

aplicação de coleta de dados da pesquisa na qual se empregaram os cálculos dos índices apresentados.

Com o resultado negativo em 2016, a Seguridade é estruturalmente superavitária. Os números variavam ano a ano. As receitas crescem mais ou menos em resposta à economia. As despesas atendem às prioridades políticas, determinando mais ou menos gastos sociais, seja pela definição do salário mínimo, pelo nível de gastos em saúde ou pela criação de novos programas e ações. Mas, de 2005 a 2016, apenas no último ano não houve superávit (Associação Nacional Dos Auditores-Fiscais Da Receita Federal Do Brasil, 2017).

Neste trabalho, foram apresentadas algumas contribuições dos estudos aplicados na análise, entendendo-se o que está acontecendo com a dívida, a realidade em que o país se encontra e as consequências da falta desse dinheiro. A limitação foi que algumas empresas, acabaram declarando falência ou estão em processo judicial; com isso, não se obtiveram as informações desejadas. Para trabalhos futuros, sugere-se adotar outros modelos para análise da estrutura de capital das empresas.

Referências

ALBANEZ, T.; VALLE, M. R. Impactos da assimetria de informação na estrutura de capital de empresas brasileiras abertas. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 20, n. 51, p.6-20, 2009.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico financeiro**. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO

BRASIL. **Análise da Seguridade Social 2016**. Brasília: ANFIP, 2017. Disponível em: https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_02_08_2017_08_01_57.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federal do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL, **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BREALELY, R. A.; MYERS S.C. **Princípios de Finanças Empresárias**, 10ª Edição, Lisboa: Mcgraw-Hill, 2013.

BRITO, G. A. S.; CORRAR, L. J.; BATISTELA, F. D. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista de Contabilidade & Finanças, FIPECAFI/FEA/USP**, São Paulo, n 43, p. 9-19, 2007.

B3 – **Bolsa de Valores de São Paulo (2019)**. Site: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 20 out. 2019.

BUESA, N. Y. A Evolução Histórica da Contabilidade como Ramo do Conhecimento. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. v.1,n.1,p.7,2010. Faculdade de São Roque. Disponível em: http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/natasha_adm.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

DE PAULA, L.F. & SARAIVA, P. **A Review of the Research Program of the New Consensus Macroeconomics: An Assessment of the Mainstream Debate after the US 22 Financial Crisis**. Artigo apresentado no IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2016.

FRAGNANI, E.; CARDOSO JUNIOR, J. C. **Falácias sobre o “déficit” da Previdência**. Artigo veiculado originalmente no Jornal Folha de São Paulo de 02/08/2017.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova lei das S/A**, Lei 6.404 de 15/12/76. 15ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FUTEMA, M. S.; BASSO L. F. C.; KAYO, E. K. Estrutura de capital, dividendos e juros sobre o capital próprio: testes no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 49, p. 44-62, 2014.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade Gerencial**, 11ª. Edição. Rio de Janeiro: LTC. 2007.

HAMDAN, A.M. M. ABZAKH, M. H., & AI-ATAIBI, M. H. **Factors influencing the level of accounting conservatism in the financial statements**. International Business Research, v. 4, n. 3, p. 145-155, 2011.

IZERROUGENE, B. A macroeconomia da previdência social. **Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro**, v. 13, n. 1, p. 31-46, 2009.

KAYO, E. K., & FAMA, R. A estrutura de capital e o risco das empresas tangível- intensivas e intangível-intensivas. **Revista de Administração da USP**, v. 39, n. 2, p. 164-176, 2004.

LEÓN, L. P. Devedores da Previdência respondem por quase três vezes o déficit do setor. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 2017. Economia. Disponível em:<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-02/devedores-daprevidencia-devem-quase-tres-vezes-o-deficit-do-setor>. Acesso em: 20 set. 2019.

MANO, M. K. **A Previdência é sustentável, mas seus recursos estão em disputa**. Carta: ideias em tempo real, São Paulo, 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-previdencia-e-sustentavel-mas-seusrecursos-estao-em-disputa>. Acesso em: 06 out. 2019

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis, Contabilidade Empresarial**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, p. 44 -47, 2010.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, p. 12, 2010.

MATTAR, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Introdução à Contabilidade**, com abordagem para não contadores ed. Thomson. 2ª Edição. São Paulo, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária: as novas fronteiras dos fundos de pensão**. Fundos de Pensão e Mercado de Capitais. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Intermediária**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANTOS, C. M.; PIMENTA JÚNIOR, T.; CICCONI, E. G. Determinantes da escolha da estrutura de capital das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Administração, São Paulo**, v. 44, n. 1, p. 70-81, 2009.

SANTOS, D. F. C. **Previdência Social no Brasil, 1923 – 2009: Uma Visão Econômica**. Edição. AGE. São Paulo, 2009

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª Ed. Ver. E atualizada – São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, J. E. A. Curso de direito constitucional positivo. **Revista e atualidade, São Paulo**, Malheiros, 35ª Edição, 2012.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Marcela Vitoriano. **O princípio da solidariedade intergeracional: um olhar do direito para o futuro**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.8, n.16, p.115-146, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/179>. Acesso em: 14 out. 2016.

STEFFEN, H. C.; ZANINI, F. A. M. Abertura de capital no Brasil: percepções de executivos financeiros. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 23, n. 59, págs. 102115, 2012.

VALLE, M. R.; ALBANEZ, T. Juros altos, fontes de financiamento e estrutura de capital: O endividamento de empresas brasileiras no período 1997 -2006. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 16, p. 49-72, 2012.

VIANNA, J. E. A. **Curso de direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012

WAGNER, J. L.; RAMBO, L. I.; ANDRADE, V. F. **Cartilha crítica da reforma da previdência**. Brasília, DF: Wagner Advogados Associados, 2017. Disponível em: https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_20_03_2017_18_29_12.p df. Acesso em: 15 set. 2019.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Mariana Costa; LIMA FILHO, Raimundo Nonato. Análise da Insolvência das Empresas Devedoras da Previdência Social. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Fevereiro/2020, vol.14, n.49, p. 272-287. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 23/01/2020;
Aceito: 28/01/2020.